



PATRIARCADO E CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

*PATRIARCHY AND CAPITALISM:
A SYMBIOTIC RELATION*

Terezinha Martins dos Santos Souza¹

RESUMO

Este artigo discute a forma como o patriarcado, de existência muito anterior ao capitalismo, assumiu, ao longo da história, várias facetas, brindando a essa opressão uma aparência de indestrutibilidade. Desde o século XIX, diversas mulheres têm travado a luta pela participação política como uma das formas de combate ao patriarcado. A forma que a divisão sexual do trabalho assume a partir das sociedades industriais, implica em mudanças na estrutura familiar, em direção à família nuclear. Com o revolucionar do capitalismo, que se apoia na hierarquia patriarcal, as funções de reprodução social (vida privada) se tornam função exclusiva das mulheres, ao passo que as tarefas da produção da vida (vida pública) se tornam função dos homens. Ocorre a separação entre o local do trabalho e a casa. Pela simbiose capital-patriarcado, expulsam-se as mulheres do mercado de trabalho no século XIX. No entanto, no final do mesmo século, a força de trabalho das mulheres passa a ser exigida pelo capital. Fomenta-se, então, uma nova realidade social para as mulheres, em que se propicia o surgimento de reivindicações e lutas pela sua emancipação política. Objetiva-se analisar a relação entre capitalismo e patriarcado, bem como das estratégias e lutas pensadas para combatê-los, de forma que não se hipostasie a opressão, mas que também não a menospreze, usando o método materialista histórico-dialético para pensar as complexas relações entre exploração de classe e dominação/opressão de sexo/gênero.

Palavras-chave: Psicologia Social. Patriarcado. Capitalismo. Materialismo Histórico-Dialético. Gênero.

¹ Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

ABSTRACT

This article approaches how the Patriarchy—whose existence is highly prior to Capitalism's—takes on many profiles along History, making that sort of oppression appear indestructible. Since the nineteenth century, several women have been struggling against Patriarchy, as a political participation. The sexual division of work, that has been featured since the industrial societies beginnings, implies changes in family structure, aiming the nuclear family. With the Capitalism revolutioning process, which relies on the patriarchal hierarchy, the functions of social reproduction (privacy) are regarded as women's duty, whereas tasks of life production (public life) are regarded as men's. So a gap between the work site and the domestic one then opens up. Through the capital-patriarchy symbiosis, women had been banished from the job market in the nineteenth century. However, at the end of XIX century, women's work power would be demanded by capital. A new social reality for women would be promoted, enabling their emergence of claims and political emancipation struggles. Our goal is to examine the relationship between Capitalism (the exploitation width) and Patriarchy (the oppression width), as well as the strategies and the struggles outlined to oppose them, in order not to hypostatize and despising oppression, methodically using dialectics to reason into the complex links between class exploitation and domination/oppression of sex/gender.

Keywords: Social Psychology. Patriarchy. Capitalism. Historical-Dialectical Materialism. Gender.

Submetido: 10/09/2015.

Aceito: 28/11/2015.

Introdução

O patriarcado – entendido como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais – se constitui junto com as sociedades de classes, o que significa dizer que precede o modo de produção capitalista, e nele assume formas singulares de existência. Essa existência tão antiga do patriarcado, bem como as diversas faces que ele assume na história, valendo-se das diferenças culturais, históricas e de classes para se perpetuar, faz com que, às vezes, essa opressão – construída por meio de tão hábeis estratégias – pareça indestrutível. No entanto, a cada nova forma na qual essa opressão se expressa, novas vozes surgem para combatê-la, às vezes equivocadas, às vezes acertadas; nesse quadro, entre perdas e retomadas, a opressão ganha a maioria das batalhas, embora sempre se levantem vozes, solitárias ou coletivas, de mulheres (e, mesmo que minoritárias, até de homens) para combatê-la. Para comemorar (trazer à memória, lembrar junto), nas lutas das mulheres, como sexo/gênero e classe trabalhadora, contra essa forma específica de opressão, é preciso, inicialmente, denunciar que a ideologia burguesa/patriarcal tenta transformar essas come-

morações em celebrações (fazer festa), tentando apagar da memória coletiva fatos que todas as pessoas comprometidas com a revolução socialista devem lembrar. As mulheres não têm o que celebrar, mas têm muito a comemorar.

A industrialização moderna ocorreu de início do século XIX na Europa e é lá, no final daquele século, em que inicialmente se desenvolveu a luta das mulheres, tendo por pauta a inclusão na vida política, expressa no direito de votar e ser votada. Hobsbawm (1998) afirma que, em meados do mesmo século, apesar dos avanços e da ocupação de espaços em que, anteriormente, elas não tinham penetração, ainda era pequeno o número de mulheres que se ocupavam com essa luta. As mulheres, por sua vez, eram principalmente europeias e pertencentes às camadas médias e superiores, sendo escassa a presença popular. Assim, as conquistas da luta pouco se efeturaram na vida tanto das mulheres de outros continentes como das comunidades europeias agrícolas.

Nas sociedades pré-industriais havia a divisão sexual do trabalho, mas não ocorria a separação entre homens e mulheres quanto ao local de trabalho. As funções eram exercidas todas no mesmo ambiente, não havendo separação entre as familiares e as de trabalho. As mulheres no campo trabalhavam na terra, na cozinha e criavam os(as) filhos(as), e nos povoados, conduziam o comércio de seus maridos (artesãos e pequenos lojistas). Ocorria um significativo aumento das indústrias domésticas e domiciliares para a confecção de mercadorias, o que em princípio não ocasionou quebra no padrão anterior, nem separação entre domicílio e local de trabalho, combinando a produção doméstica e a de fora de casa. No entanto, as mudanças econômicas necessariamente acarretavam mudanças em outros domínios da vida societal, de forma que essas indústrias domésticas não tardaram a contribuir para diminuir a diferença entre o trabalho considerado feminino (a ser realizado por mulheres) e o considerado masculino (a ser realizado por homens). Essas mudanças no trabalho implicaram em mudanças na estrutura familiar, que afetavam desde a forma como se davam os casamentos, até o número de filhos(as) que cada casal podia ter.

A dependência pessoal caracterizava tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela. Como diz Marx, “[...] essa dependência pessoal não tarda a mudar de forma, a criar novas clivagens nas relações patriarcais es-

tabelecidas entre homens e mulheres.” (1988, p. 74). Até esse momento histórico, a terra era ainda a principal forma de riqueza e dela se extraíam, quase que exclusivamente, os meios de subsistência; sua extensão e produtividade determinavam, portanto, a configuração da vida familiar, isto é, o grupo familiar tinha de ser pensado de acordo com as características da terra. Isso condicionava não só o tamanho das famílias, como a decisão sobre o momento apropriado para que os casamentos ocorressem e entre quais grupos sociais. O aproveitamento de homens, mulheres e crianças nas indústrias domésticas trouxe, como consequência, a diminuição da dependência da terra. Dessa forma, já não era mais necessário que o grupo social fizesse o controle do equilíbrio entre meios de produção e pessoas. A possibilidade de todo o grupo familiar poder exercer as funções ligadas à indústria – neste momento ainda no interior da casa –, dá uma maior autonomia àquele grupo em relação à comunidade, favorecendo a superação da dependência exclusiva da terra como meio de subsistência.

A nascente indústria capitalista, ao engendrar novas relações econômicas necessárias ao seu desenvolvimento, engendrava também novas formas de relações pessoais, o que trazia modificações significativas na vida das mulheres. Tratava-se do desmantelamento da família camponesa em direção à família nuclear.

Mas a característica marcante do modo de produção capitalista, que nesse período conhece um grande impulso, é a de revolucionar constantemente os meios de produção como condição para existir. Em consequência disto, a forma de organização em indústrias domésticas se tornou insuficiente para atender a procura que crescia junto com os novos mercados e foi suplantada. Assim, como as indústrias domésticas não supriam mais as necessidades do capital, essas perdiam o seu caráter de manufatura familiar e assumiam, cada vez mais, o caráter de trabalho executado por mulheres, pois permitiam que essas exercessem o trabalho pago, a gerência da casa e os cuidados com os(as) filhos(as), isto é, que continuassem a exercer suas obrigações de gênero, enquanto os homens se deslocavam para um local de trabalho, fora da casa.

Essa passagem da história evidencia o papel crucial que o patriarcado exerce na implantação e perpetuação do capitalismo (bem como de quaisquer outras sociedades de classe, sempre de um modo apropriado à dominação vigente). Nessa necessidade que o capital apresenta de

constituir indústria em locais separados do domicílio, se não houvesse o patriarcado, seria necessário o desenvolvimento de novas formas de dominação para escolher quem iria para a fábrica, quem ficaria em casa e quem se responsabilizaria pelas tarefas da produção ou da reprodução. Além das dificuldades inerentes a essa possível nova forma, haveria sempre o risco de suscitar objeções de toda ordem. Entretanto, nada disso se fez necessário, dada a existência e solidez do patriarcado, internalizado e legitimado por homens e mulheres.

A separação entre o local de produção e o de moradia foi a mais importante consequência que a industrialização ocasionou para a vida das mulheres, segundo Hobsbawm (1998). As grandes fábricas, que substituíram as indústrias domésticas, necessitavam de lugares amplos, com cada vez mais máquinas e pessoas para executarem a produção das mercadorias, o que não poderia ser feito no âmbito duma habitação. Nesse processo, separava-se a fábrica, local de produção de valor – que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia –, do domicílio, local de reprodução da vida – em que se reproduz, não se cria valor novo, não se extrai mais-valia. Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica.

No campo, mesmo com a divisão sexual do trabalho, o resultado deste era comum, não havendo a separação entre os frutos de acordo com a atuação de cada um, homem ou mulher. Quando a industrialização promove a saída dos homens para o trabalho assalariado, fora de casa, e já que a terra não mais garantia sua subsistência, a renda conseguida pelo homem sustentaria todos, criando-se uma relação de dependência econômica de novo tipo, que reforça ainda mais a opressão sobre as mulheres. Portanto, se antes da industrialização todos dependiam da terra, com o advento da industrialização mulheres e crianças passam a depender do homem. É importante ressaltar que tal dependência é exercida diferentemente conforme a classe social à qual o homem pertence: o patrão detém e exerce o

poder sobre a totalidade da vida como um todo, pública e privada; o trabalhador detém o poder sobre a vida privada, que exerce contra a mulher e filhos.

Mas a lógica do capital, que busca sempre novas formas de aumentar a mais-valia, diminuindo a quantia paga ao(à) trabalhador(a) para a sua sobrevivência, logo exerce sua tendência de pauperização destes(as), de forma que em pouco tempo o salário dos homens, que tinham saído de casa para as fábricas, não era suficiente para sustentar a família, tornando-se imprescindível o trabalho das mulheres e crianças, estas com salários ainda menores. E aqui novamente se revela a relação simbiótica: o capitalismo promove a separação entre público e privado (mulheres em casa e homens na fábrica), implantada por encontrar raízes sólidas no patriarcado. Este, por sua vez, prepara o campo para que, quando o capital necessite pagar salários menores para aumentar a extração da mais-valia, possa fazê-lo – sem contestação e algumas vezes sob aplausos.

Como nos lembra Marx (1988, p. 8):

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes.

Dessa forma, no início do século XIX, o aprofundamento da industrialização traz, por um lado, alguns avanços para as mulheres, mas por outro, lhes foram tirados muitos dos direitos, especialmente no que se refere aos direitos políticos e sexuais, inclusive em alguns deles ocorrendo retrocessos. No período anterior à industrialização, algumas mulheres cuidavam pessoalmente de suas propriedades e empresas, o que era encarado com naturalidade, mesmo que não fosse uma prática massiva. No século XIX, com a industrialização, essa prática torna-se malvista por conta da “masculinização” do trabalho: há a expulsão das mulheres do trabalho assalariado, da economia e do mundo público, criando um preconceito contra o trabalho das mulheres, especialmente as casadas, transformando o seu direito ao trabalho em concessão, permitida apenas às mulheres mais pobres.

Como observa Hobsbawm, “[...] se a economia estava assim masculinizada, também o estava a política” (1998, p. 282), e “[...] à medida que a democratização avançava e o direito do voto – local e nacionalmente – era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas.” (HOBSBAWM, 1998, p. 282).

O modo de produção capitalista, que se constitui por meio de contradições, ao mesmo tempo em que necessita e promove o aprofundamento da industrialização, alija as mulheres do espaço público. Durante os séculos XVII e XVIII, em determinados estados do EUA, as mulheres não só tinham direito ao voto como chegaram a exercer o poder parcialmente, até a sua proibição com o advento da Revolução Americana. Também na Revolução Francesa – o símbolo máximo dos direitos humanos da sociedade burguesa – as mulheres, pelo menos as mais pobres, também lutaram e tomaram parte nas diversas formas que a vida política assumia, inclusive participando das barricadas e revoluções, mas foram empurradas para fora, até guilhotinadas, quando ousaram estender os direitos humanos também para si. Tais exemplos são emblemáticos do caráter patriarcal do capitalismo nascente. Em suma, a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afastava as mulheres do espaço público e alijava-as da vida política.

O constante revolucionar de suas próprias estruturas que necessariamente o sistema capitalista produz, impulsiona novamente mudanças na situação das mulheres, assim como em todos os setores da vida social. Deste modo, as transformações estruturais e tecnológicas, acontecidas no final do século XIX, acabaram por promover um aumento nas formas de assalariamento das mulheres, especialmente em lojas, escritórios e no magistério infantil, trabalho que passa de condenável a desejável. A necessidade da força de trabalho das mulheres no final do século XIX se explica devido às novas exigências do aumento da tecnologia, que requer uma força de trabalho especializada, fazendo necessário o investimento em educação, a começar pela infantil. No magistério, o capital mostra seu interesse pelo trabalho das mulheres motivado pelo barateamento de força de trabalho, visto que como estas eram especialistas em cuidar de suas próprias crianças, não seria necessário investimento em formação de educadores.²

² Aproveitar essa formação de gênero no trabalho assalariado é recorrente, no período denominado de acumulação flexível. Ontem, como hoje, o capital, sem

Mesmo quando a formação era indispensável, o acesso a algum tipo de educação formal era seletivo, destinado às mulheres de classe média. Entretanto, a participação das mulheres no mundo do trabalho assalariado, criava, como um todo, novas perspectivas para elas, modificando-se a forma como o trabalho era visto socialmente – de condenável para louvável – e, nas relações com outros(as), fazendo com que elas entrassem em contato com novos costumes: novas necessidades emergiam. Essa nova realidade social, na qual as mulheres estavam inseridas, acabava por gerar trocas sociais, propiciando o surgimento de reivindicações e lutas pela sua emancipação (mesmo que, inicialmente, abrangessem apenas o universo de mulheres de camadas médias, já que a essas coube ocupar os postos de trabalho citados).

1 Em direção a emancipação política?

Na sociedade que emergia sob a égide dos valores liberais da Revolução Francesa, a representação política parlamentar aparece como sustentáculo principal, de forma que a luta que as mulheres travaram pela emancipação política se identificava com a luta pelo direito de voto. O início das primeiras lutas sufragistas datava de períodos anteriores – final do século XVIII – mas só no século XIX é que se assiste ao seu fortalecimento. Assim:

Como movimento feminino independente, não possuía maior significação, exceto em alguns países, (notadamente EUA e Inglaterra) e, mesmo nestes, não começou a atingir seus objetivos, senão após a Primeira Guerra Mundial. Em países como a Inglaterra, onde o sufrágio tornou-se o fenômeno significativo, deu a medida da força política do feminismo organizado, mas ao fazer isto revelou igualmente sua principal limitação, um apelo restrito, principalmente à classe média. (HOBBSAWM, 1998, p. 284).

A maioria das reivindicações pela emancipação das mulheres, inclusive a luta pelo voto das mulheres, foi apoiada pelos partidos operários e socialistas, fiéis ao compromisso de transformação social por eles pregada. Era no interior desses partidos que as mulheres encontravam algumas possibilidades de exercer a vida pública, o que não significava que essa participação se desse fora e ao largo do

necessidade de investir em formação, tem-se valido das qualidades aprendidas na formação de gênero.

sexismo patriarcal vigente socialmente. É mister reafirmar que esses movimentos se propagaram apenas entre as mulheres de classe média, não porque possuísem uma maior consciência de classe ou maior combatividade, mas porque as condições objetivas de sobrevivência das mulheres da classe operária e dos setores populares eram tremendamente difíceis, já que “[...] lutavam contra incapacidades muito mais urgentes que a privação do voto político, as quais não seriam removidas automaticamente pelo direito de voto; e que não ocupavam o primeiro plano nas mentes da maioria das sufragistas de classe média.” (HOBSBAWM, 1998, p. 284).

Os limites de classe e os limites patriarcais que a luta sufragista apresentava não invalidavam a importância desta para o avanço da luta das mulheres, mas é preciso que esses limites fiquem claros para que, além de se evitar a mistificação das lutas, não se impeça o necessário balanço crítico das estratégias adotadas.

Em alguns poucos países e governos locais, existia o voto das mulheres antes de 1914. Mas somente nos EUA e Inglaterra é que o sufrágio das mulheres mobilizou importantes segmentos destas. A luta sufragista começa pelo voto como um direito de cidadania, mas ainda preservava e até glorificava a maternidade e sua superioridade (ARAÚJO, 1999). A luta era pelo voto, não incluindo aí o direito de ser votada, isto é, de ser representante. As primeiras sufragistas não questionavam o papel destinado à mulher, defendiam o voto como uma forma das mulheres exercerem com mais eficiência o seu papel de dona de casa.

No transcorrer da história, o movimento das mulheres, feministas ou não, buscou ampliar suas estratégias, assumindo reivindicações diversas, mais arrojadas ou mais conservadoras de acordo com o período histórico vivido, com as classes sociais em lutas e conforme as condições político-econômicas de cada período.

O capital obtém considerável ganho ao dividir o mundo da exploração (que se dá no local do trabalho) do mundo da opressão (que se dá nas relações privadas, de gênero, etnia). A relação entre capitalismo e patriarcado, bem como das estratégias e lutas pensadas para combatê-los, deve ser analisada de forma que não se hipostasie a opressão, mas que também não a menospreze, usando a dialética para pensar as complexas relações entre exploração de classe e dominação/opressão de sexo/gênero. Nessas primeiras décadas do século

XXI, nas produções intelectuais que emergem sob o signo da pós-modernidade, oculta-se a complexidade dessas relações, aparecendo a opressão como se fora determinação central. Seu combate encanta toda uma geração de pesquisadores e atores sociais, que, ao errarem no diagnóstico (da opressão como antecedendo em importância a exploração), erram, também, nas estratégias de enfrentamento – o que dá mais fôlego tanto ao capital quanto ao patriarcado.

2 Feminismo socialista (feminismo e marxismo)

O marxismo sofre oposições em diversos âmbitos (teóricos, políticos e ideológicos) da vida social, por conter em sua essência uma visão de mundo que propõe não só o movimento, mas necessariamente a ruptura; por enfatizar a gênese da exploração, vinculando a discussão da opressão aos interesses econômicos de cada forma histórica em que ela se constituiu.

No campo feminista, essa oposição aparece, por vezes, raivosa e de má fé, ou simplesmente ignorante, e propõe a absoluta inadequação do corpo teórico marxista como arsenal heurístico para as análises da opressão de gênero. O viés ideológico dessa afirmação fica claro quando se atenta para duas das questões que perpassam a discussão do sistema sexo/gênero, que ficam obscurecidas para os(as) detratores(as) do marxismo.

Em primeiro lugar, a cegueira de gênero – que ignora a existência da opressão específica que recai sobre as mulheres – é um atributo que recai sobre toda a ciência, pois as iniciativas de incluir gênero como temática de debate acadêmico/social só ganham corpo após 1960, e ainda encontram, contemporaneamente, oposição à sua existência. Em segundo lugar, entre os(as) marxistas – especificamente mulheres, como Maria José Izquierdo, Zillah R. Eisenstein, Juliet Mitchell – há, desde a década de 1960, tanto a preocupação em fazer a crítica da insuficiência dos estudos existentes sobre o sistema sexo/gênero em seu próprio campo, como a de utilizar o método materialista histórico dialético para superá-los.

No marxismo, a discussão da opressão das mulheres havia sido realizada de forma homogênea e empobrecida, considerando apenas as determinações da classe, sem se pensar a riqueza e variedade da estrutura dinâmica da sociedade de classes, na qual a opressão das mulheres constitui uma das artimanhas mais eficientes de sua perpe-

tuação. Mas, a partir dos anos 1960, com a construção do movimento autônomo de mulheres internacional e de caráter massivo, o marxismo, como teoria que busca explicar a totalidade da vida social do ponto de vista de sua constituição, viu-se em frente ao desafio de oferecer explicação para (e ferramentas para a luta contra) a opressão que recai sobre metade dos seres humanos, isto é, sobre as mulheres.

Assim como os demais campos das ciências sociais, o campo marxista era profundamente hegemônico por homens, o que condicionou profundamente os temas que eram considerados prioritários para discussão e pesquisa, excluindo “naturalmente” as mulheres. Mas se os marxistas, homens e mulheres concretos, não levaram em conta a discussão acerca da opressão sobre as mulheres, a teoria marxista oferecia pistas de como abordar questões que fossem além do economicismo reinante. Lukács, entre os(as) autores(as) marxistas, aponta que

[...] as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de que a economia seja o centro da ontologia Marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o ‘economicismo’. (LUKÁCS, 1979, p. 15).

A utilização da teoria marxista permite analisar as complexas relações entre gênero e classe existentes hoje no capitalismo, sem enredar no idealismo pós-moderno nem no empobrecimento mecanicista. Para tanto, é necessário que esta discussão seja feita não de uma forma religiosa baseada apenas nos textos que os(as) grandes luminárias da tradição marxista escreveram sobre a questão (alguns dos quais a história mostrou como incorretos ou superados, parcial ou totalmente). É preciso, portanto, tomar o método materialista histórico-dialético como arsenal heurístico e analisar, para além do escrito pelos(as) clássicos(as), quais são as condições em que se constroem, se mantêm e se aprofundam as formas de opressão da mulher no capitalismo. Pois, como aponta Netto,

[...] a questão da validade da teoria marxiana não pode se reduzir a um levantamento, a um balanço do que resistiu e/ou envelheceu das colocações de Marx no confronto com o capitalismo tardio e a ordem burguesa contemporânea. A questão [...] deve ser situada diversamente: é possível esclarecer os problemas novos da ordem burguesa contemporânea a partir da teoria marxiana? (PAU-

LO NETTO, 2001, p. 36).

Para apreender esse concreto é necessário então investigar as diversas determinações desse objeto, que é a opressão das mulheres. Uma dessas determinações se refere à diversidade do movimento de mulheres e/ou feminista e suas ligações com a questão de classe. Por isso, para analisar os diversos caminhos que o movimento feminista percorreu, ao defender posições ferozmente antimarxistas e manter uma enorme cegueira sobre as relações de classe travadas pelas mulheres, deve-se retomar a origem de classe da maioria das mulheres que compõem tal movimento, pois, como ressalta Marx,

Não se deve tomar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. [...] os que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que essa classe não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para que os interesses materiais e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. (MARX, 1997, p. 55).

Para Hobsbawm (1998), por questões de sobrevivência, a maioria das mulheres que trava as lutas por questões mais abrangentes, que não os referentes à sobrevivência imediata – como acontece com o movimento feminista – são mulheres das classes médias, as quais dispõem de condições objetivas (tempo e conhecimento) para tal procedimento.

Dessa forma, apesar dessas mulheres se encontrarem profundamente comprometidas com a luta contra o patriarcado, esbarram no limite de sua classe, pois certas mudanças só podem ser efetuadas junto com a mudança revolucionária; a saber, a construção da emancipação humana só pode ser concebida em um horizonte que inclua a superação das classes, horizonte esse que a própria situação de classe dessas mulheres impede de ser concebido.

Muitas parcelas do movimento feminista acusam a obra marxiana de passar ao largo da questão da opressão das mulheres. De fato, a obra de Marx não analisa a questão de gênero, isto é, as relações sociais entre os sexos enquanto dominação e opressão, mas

faz a denúncia da utilização da força de trabalho das mulheres pelo capital, sempre de forma a aumentar a extração da mais-valia, como atesta a passagem de Marx:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 1989, p. 449-450).

A supremacia masculina e o capitalismo são as principais determinações na constituição da opressão da mulher. Supremacia essa que ganha contornos novos no capitalismo com as importantes, porém epidérmicas, mudanças que ocorreram especialmente após a 2ª Guerra Mundial, com a entrada em massa das mulheres no mundo da produção. Ao construir novas características do gênero feminino, configuram-se novas facetas, por meio das quais a opressão se repõe e se esconde. A dinâmica entre as relações sexuais hierárquicas da sociedade e as relações de produção é o objeto que ocupa as(os) pensadoras(es) do feminismo socialista.

Para Eisenstein (1980), as feministas socialistas são aquelas que utilizam o materialismo histórico-dialético para analisar a opressão que recai sobre as mulheres, buscando entender o sistema de poder que deriva do patriarcado capitalista.³

Assim, o feminismo socialista se caracteriza por ter compromisso tanto com o socialismo como com o feminismo, ainda que com ênfases diferentes no que se refere à relação entre patriarcado e capitalismo. Como, no entanto, a teoria e a prática socialistas têm uma história muito mais desenvolvida que o feminismo socialista (EISENSTEIN, 1980), é fundamental que se conheça o lugar onde se constroem as dimensões feministas do feminismo socialista.

Para as analistas que utilizam o método marxista, na teo-

3 O uso do termo “patriarcado capitalista” para Eisenstein enfatiza uma relação dialética entre a estrutura de classe burguesa no capitalismo e a estrutura sexual hierarquizada do patriarcado, que se reforçam mutuamente.

ria feminista, a opressão da mulher se inicia pela divisão sexual do trabalho. Para Eisenstein (1980), existe uma dupla importância no uso da análise marxista para o estudo da opressão da mulher. Em primeiro lugar, o método proporciona a análise de classe, que é fundamental para a análise do poder e, em segundo lugar, proporciona um método que é histórico e dialético. A dialética como método permite que se estudem, de uma forma não dicotômica, mas em movimento, as relações patriarcais que governam a vida das mulheres e, também, a forma de superá-las.

Para as feministas de tradição materialista, o que determina, em última instância, a desigualdade social entre mulheres e homens é a dimensão da posição ocupada na produção da existência. Essa escolha se dá porque a existência dessa igualdade determina o uso do sistema sexo/gênero como ferramenta teórica, ao mesmo tempo em que a desigualdade fundamental é a relativa às formas como os seres humanos se relacionam na produção de sua existência.

Aquelas(es) que se propõem construir uma teoria da desigualdade de caráter econômico não ignoram as demais esferas da vida social, mas consideram que, em última instância, a importância que esses aspectos possuem – incluindo os legais, ordens de valores e psíquicos – são o resultado do modo como se organiza a produção da existência (IZQUIERDO, 2001).

Aquilo que se apresenta na sociedade capitalista, como específico do gênero feminino, é de fato uma relação entre sexos; específico das fêmeas é o contribuir à produção da existência humana como tal. Desta forma, pode-se estudar o gênero do ponto de vista das estruturas sociais: as sociedades de classes se estruturam em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana (o feminino) e o que produz e administra a riqueza, mediante a utilização da força vital dos seres humanos (o masculino). Como no capitalismo a produção de mercadorias é a atividade que detém a hegemonia, as demais atividades, inclusive o setor que produz a vida humana, encontram-se subordinadas ao setor que produz e faz circular a riqueza.

Assim, falar de desigualdade de gênero é referir-se a esse tipo de desigualdade. As atividades de produção e reprodução da vida humana prevalecem entre as fêmeas, não, contudo, exclusivamente. Entretanto, a desigualdade de gênero se produz independente dos(as) executores(as) serem fêmeas ou não. A desigualdade estrutural de

gênero refere-se a que nível de retribuição, de formação, de prestígio, de poder, destinado às atividades femininas, que é inferior ao que se concede às atividades masculinas, sejam elas desenvolvidas por fêmeas ou machos.

A desigualdade de sexo não é a mesma coisa que desigualdade de gênero, mesmo que com ela guarde estreitas ligações. A desigualdade de sexo reporta-se ao fato de que as fêmeas, ocupando posições sociais masculinas ou femininas, são menos consideradas e têm menos poder que os machos mesmo em posições sociais iguais (recebem, por exemplo, menores salários).

A denúncia e o combate à opressão das mulheres não são exclusividade dos(as) teóricos(as) marxistas, mas existem diferenças fundamentais não só na forma de conceber essa opressão, como na forma de enfrentá-la. Teorias não marxistas recorrem ao termo opressão para referir-se às condições sociais desiguais em que vivem os seres humanos no que se refere às desigualdades de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, etc. Para alguns pensadores marxistas, como Netto, o termo opressão é utilizado e aceito pelo *status quo*, porque permite fazer a denúncia de situações desumanizadoras sem que se toque na questão central da desigualdade, que é a exploração da força de trabalho. Colocadas desta forma, em termos antípodas, as pesquisas se tornam necessariamente parciais: não rompem com a particularidade, dela partem e para ela retornam. Ao partir do geral para o particular e de volta ao geral, e tomar o concreto como síntese de múltiplas determinações, a análise da opressão se mostra essencial, não como desvio do conhecimento da exploração, mas como uma mediação central na construção desta.

Caso se considere como categoria de análise apenas o gênero, analisando todas as suas cruéis consequências, seria fácil indignar-se e concluir que os capitalistas, em geral, e os homens, em particular, são ruins, tem maus sentimentos, etc. O mesmo se aplicaria facilmente a outras opressões, como as raciais/étnicas (tome-se aqui a lembrança, nunca suficientemente tomada, da escravidão negra, como forma emblemática de opressão racial). No entanto, diz Marx (1988, p. 19):

Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações

de classe e interesse. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações sociais das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas.

Desta forma, faz-se mister pensar a opressão não apenas como relações sociais desumanizantes (que efetivamente o são), mas como relações que constituem e solidificam estratégias de classe que mantêm e sustentam as relações de exploração da força de trabalho.

Considerações finais

Marx, ao analisar o evoluir da ordem societal do capital, afirma que “[...] dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas.” (MARX, 1998, p. 8). A mudança revolucionária de uma época histórica a outra *pode* dissolver as velhas relações, mas não necessariamente o faz. Entre aquelas que se mantiveram, está a forma de organizar a vida reprodutiva sob o que, nesta tese, denominou-se patriarcado-capitalista. Mas, se tal possibilidade de superação é alvisareira, confiar na sua inexorabilidade é no mínimo contra-indicado, bem como errôneo, do ponto de vista do método. A superação da opressão de gênero exige o emprego do sentido marxista do termo (*Alfhebung*), que é o destruir e superar, ou incorporar criticamente, tomando os elementos positivos e indo além destes. Isto é, envolve necessariamente a incorporação dos avanços societais conseguidos em relação à condição da mulher, especialmente sua entrada massiva no mundo público e no trabalho assalariado. A revolução não é uma inexorabilidade, é um pôr teleológico, uma tarefa, que envolve necessária – mas não unicamente – a vontade humana, e exige o protagonismo das mulheres, especialmente no que tange à superação da opressão de gênero.

Mas, se o fim do capitalismo não conduz ao do patriarcado, o fim do patriarcado tem como condição necessária, mas não suficiente, o fim do capitalismo. Como é possível falar em protagonismo de gênero, se protagonismo significa ser sujeito e no capitalismo só o capital é sujeito? Pois, como nos ensina Marx, “[...] na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal” (MARX, 1998, p. 23).

O que obriga todos(as) aqueles(as) que querem a emancipação humana, como as mulheres feministas, a lutar pelo fim do capital. O motivo indutor das operações do capital é a apropriação crescente da riqueza abstrata e, para tanto, funciona como capitalista (capital personificado), dotado de vontade e consciência (MARX, 1988, p. 125), enquanto exaure os seres humanos de suas potencialidades.

Dessa forma, a luta pelo fim dos antagonismos/conflitos de gênero, mais do que uma luta humanista/feminista contra a opressão de gênero (luta que, nunca é demais repetir, é necessária e vital para o socialismo), se transforma em lutas a serem travadas no coração da luta de classes. O capital transformou esse antagonismo de gênero (como já o tem feito secularmente com relação aos homens, transformando-os em seus parceiros) em mais uma estratégia de cumprir seu objetivo: valorizar o valor. Isso se dá na medida em que o capital transforma a inserção das mulheres no trabalho assalariado – com mudanças apenas superficiais em sua condição de gênero – em mais uma forma eficiente de extrair a mais-valia relativa. Esta forma, por ser nova, ainda é pouco notada e pouco combatida. Com isso, o capital ganha novos fôlegos, pois a inserção massiva – mas ainda subordinada – das mulheres que este promove nos séculos XX e XXI, faz parecer que a burguesia, como classe, ainda seria capaz de cumprir os compromissos em nome dos quais fez a Revolução Francesa. Mas, para Paulo Netto (1998, p. 20):

A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão do qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do cidadão.

Todos(as) aqueles(as) que se colocam como revolucionários(as), na luta pela destruição da ordem capitalista e construção de uma nova ordem em que não haja exploração, dominação e opressão, devem ter consciência de que a revolução não virá inexoravelmente: o capital tem capacidade – ainda que limitada – de renovar-se, conservando sua essência. Por isso, é preciso denunciar suas artimanhas e estratégias sedutoras. É mister que a centralidade que o trabalho ocupa no modo de produção capitalista seja sempre o parâmetro de avaliação de suas medidas “inovadoras”. Pois,

A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho

necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador. (MARX, 1988, p. 168).

Nessa passagem de “O Capital”, Marx aponta, ao mesmo tempo, para uma das pedras angulares na construção das possibilidades de superação do patriarcado, bem como para a importância da classe trabalhadora, na construção da emancipação humana. Quando fala em tempo de trabalho necessário, Marx denuncia que a vida das mulheres e homens, no capitalismo, exaurem-se em atividades que não constroem vida, visto que é pequeno o tempo necessário para reproduzir a vida, se comparado com as jornadas de trabalho, tempo de que se vale o capital para sua reprodução. Afirma também que o(a) trabalhador(a) e seu trabalho (necessário) são imprescindíveis, quaisquer que sejam a forma de produção e o sistema. No entanto ocorre o inverso com o capital e seu mundo, pois só existem na estrita dependência e expropriação do trabalho alheio. Aponta ainda para o surgimento de uma nova sociedade na qual esse tempo necessário seria para a fabricação de valores de uso, e o outro tempo, o excedente, não seria empregado para extrair mais-valia, mas para outras atividades como pescar, namorar, fazer arte, enfim, viver. Para tanto, nesta nova sociedade, é necessário que se enfrente o desafio que é eliminar a muralha chinesa (LUKÁCS, 2003) que separa o tempo do trabalho do tempo do não trabalho, de forma que o reino da necessidade e o da liberdade transitem entre si, num mundo novo, onde ambas se realizem mutuamente.

A possibilidade de superação da ordem patriarcal se dá em uma luta conjunta, mas não idêntica, à luta pela derrocada do sistema capitalista. Engels (1989) afirma que Marx funda suas reivindicações comunistas sobre a inevitável ruína do modo de produção capitalista, isto é, as possibilidades de construção de seres humanos plenos só se tornarão viáveis com a derrocada do capitalismo, com a revolução proletária. Assim estarão dadas as condições materiais/espirituais para construir a possibilidade de seres humanos que organizem sua identidade sem as amarras do gênero, processo em que

O indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não todas as suas forças, mas toda sua força numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata). Trata-se, então,

de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana – que homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. (PAULO NETTO, 1987, p. 68).

Para que as mulheres e os homens alcancem o pleno desenvolvimento de seu potencial humano, deve-se eliminar não só a natureza hierárquica da divisão sexual do trabalho, mas sim esta própria divisão. As teorias do feminismo socialista não colocam a igualdade – eliminação do caráter hierárquico – como solução da desigualdade entre os gêneros, mas reivindicam a desapareição das diferenças de gênero na formação dos seres humanos, com a singularidade expressando diferenças no âmbito individual e não de classe, sexo ou raça/etnia. Assim, os seres humanos desenvolveriam suas qualidades, descobrindo e construindo gradualmente quem são, em vez de adaptar-se a uma norma identificadora que os preestabelece como homem ou mulher. A constituição da subjetividade seria um processo em que aquilo que se denomina hoje como masculino e feminino seria patrimônio de qualquer indivíduo, independente do sexo a que pertença.

Referências

ARAÚJO, C. M. **Cidadania incompleta**: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

EINSENSTEIN, Z. R. **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1980.

ENGELS, F. **A miséria da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IZQUIERDO, M. J. **Sin vuelta de hoja**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1988. Livro 1, v. 1. (Coleção Os economistas).

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Prólogo. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____; FALCÃO, M. C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.